

**Escravidão, engenhos e engenhocas no Pará: Perfis de propriedade escrava e atividades econômicas (Zona Guajarina e Baixo Tocantins 1810-1850). \***

Juliana do Nascimento Medeiros <sup>1</sup>

**RESUMO**

O presente artigo tem como proposta investigar a estrutura de posse escrava, formação e perfil de propriedade escrava utilizando como recorte espacial a província do Grão-Pará Oitocentista e suas respectivas regiões –Zona Guajarina e Baixo Tocantins. A pesquisa se baseia em fontes primárias, inventários *post-mortem*, fontes férteis para o estudo da escravidão. Dessa forma, analisam-se as atividades realizadas na província grão-paraense e em seus entornos a partir das peculiaridades e especificidades típicas da região Amazônica com a predominância da policultura, atividades criatórias e produção de cachaça e aguardente, como parte de um sistema de abastecimento essencial para o mercado interno e externo. Nesse sentido, o trabalhador escravo negro e indígena, e também agregados livres eram de importância capital para seu funcionamento, portanto, pretende-se verificar as propriedades não apenas em sua materialidade, a partir das informações cotejadas nas fontes inventariais, mas ir além, buscar suas representações como espaços sociais que se caracterizavam por sua heterogeneidade na forma de trabalho, nas atividades realizadas, experiências, trocas culturais e simbólicas dos sujeitos existentes que circulavam e faziam parte do *ethos* dessa sociedade.

---

\* Este artigo é parte do trabalho que desenvolvi na monografia de graduação defendida em 2017, vinculado à pesquisa realizada na vigência da bolsa de Iniciação Científica (PIBIC/UFPA), de 2014 a 2017.

<sup>1</sup> Mestranda em História Social da Amazônia, vinculada ao Programa de Pós-graduação em História Social da Amazônia da Universidade Federal do Pará (UFPA), graduada em Bacharelado em História pela UFPA (2017), e membro do grupo de Estudos e Pesquisa de Escravidão e Abolicionismo na Amazônia (GEPEAM/UFPA). E-mail: Juliananmedeiros@yahoo.com.br

**Palavras-chaves:** Escravidão Negra. Propriedade agrícola. Mundo do trabalho. História da Amazônia.

Circular pelo Grão-Pará oitocentista e suas adjacências, adentar as entranhas navegáveis da bacia amazônica carregadas por rios, marés e igarapés de águas turvas, penetrar os “sertões” significava deparar-se com uma heterogeneidade de sujeitos marcados pela mestiçagem de índios, negros africanos e brancos. Assim, os escravos africanos estiveram presentes na província grão-paraense desde os primórdios da colonização da Amazônia ligados ao comércio, à agricultura de subsistência e exportação e ao extrativismo, atuando com seus ofícios e especializações, contribuindo étnica e culturalmente para aperfeiçoar os “tipos” de gente das “quebradas” do norte.

Nesse sentido esse artigo busca romper com algumas generalizações matizadas pela historiografia dominante de ausência, ou até mesmo, inexistência da escravidão negra na província do Grão-Pará. A historiografia sobre a escravidão negra nesta província por muito tempo se manteve no ostracismo, reflexo de um pensamento tipificado fortalecido pela produção científica matizada pelo olhar do “outro” de que as atividades econômicas e o contingente étnico das províncias do Norte eram baseados, tão somente, no extrativismo e no trabalho compulsório dos povos indígenas.

No mote do pensamento social brasileiro a representação do negro nessa sociedade “permanece estereotipada pela visão dominante, aliás, na literatura brasileira contemporânea, pelo menos até os anos de 1960, quando começa a surgir, paralelamente, textos compromissados com a real dimensão da etnia”<sup>2</sup>. Influenciados por essa nova dimensão e ares de renovação a historiadora Lilian Schwartz situa a década posterior (1970) como inovadora “desde os historiadores mais tradicionais como Capistrano de Abreu aos críticos contemporâneos mais radicais, como Silvio Romero viam naquela década um começo de uma nova era: o modelo político, o ataque à religião, o regime de trabalho, a literatura, as teorias científicas, tudo era novo”.<sup>3</sup>

---

<sup>2</sup> FILHO, Domício Proença. **A trajetória no negro na literatura brasileira**. Revista Estudos avançados 18 (50), 2004. p. 166.

<sup>3</sup> SCHWARTZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870- 1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

Essa mudança historiográfica, logicamente, impacta as produções acadêmicas de historiadores, literatos e cientistas sociais das províncias do Norte e na década 1970 surge à pioneira produção científica de Vicente Salles<sup>4</sup> com a magnífica pesquisa sobre etnicidade e escravidão negra na província do Grão-Pará, influenciando toda uma geração de “novos” historiadores. Sem esquecer o mérito e contribuições do político e historiador amazonense Arthur César Ferreira Reis.

Em paralelo ao pioneirismo de Salles pesquisadores como Anaíza Vergolino e Silva, Rosa Acevedo Marim<sup>5</sup>, José Maia Bezerra Neto<sup>6</sup> produziram trabalhos a fim de superar certas generalizações que pareciam imutáveis. Trabalhos como dos historiadores: Luciana Marinho<sup>7</sup>, Daniel Barroso<sup>8</sup>, Patrícia de Melo Sampaio<sup>9</sup> e Bárbara Palha<sup>10</sup> vem demonstrando “que os escravos negros não apenas figuraram, em determinadas conjunturas, enquanto uma parte expressiva da população paraense, como também, constituíram, até pelo menos meados do século XIX, uma força produtiva de grande importância”.<sup>11</sup>

O problema que surge ao investigar o perfil da propriedade escrava na província do Grão-Pará e as atividades econômicas exercidas por esses proprietários é distinguir

---

<sup>4</sup> Vicente Salles foi um historiador, antropólogo e folclorista nascido em 27 de Novembro de 1931, no município de Caripi, na Vila de Igarapé-Açú, nordeste do Pará, morreu aos 81 anos na cidade do Rio de Janeiro em Março de 2013. SALLES, Vicente. **O negro no Pará**, sob o regime de escravidão. Rio de Janeiro, fundação Getúlio Vargas. Serv. De publicação e Univ. Federal do Pará. 1971; SALLES, Vicente. **O negro da formação da sociedade paraense - Belém (PA)**, Paka-Tatu, 2015.

<sup>5</sup> ACEVEDO, Rosa Elisabeth. **Camponeses, donos de engenhos e escravos na região do Acará nos séculos XVIII e XIX**. Artigo publicado pelo Paper do NAEA 153, Outubro de 2000.

<sup>6</sup> BEZERRA, José Maia. **Escravidão negra no Grão-Pará, Século XVI - XIX**. 2º edição. Belém: Paka-tatu, 2012; BEZERRA NETO, José Maia. **Ousados e insubordinados: protestos escravos e fugas de escravos na Província do Grão-Pará – 1840/1860**. Tapoi, v. 2. Rio de Janeiro, março, 2001; BEZERRA NETO, José Maia. **Entre senzalas e seringais: escravidão, capitalismo e crescimento econômico no Brasil (Pará: 1850-1888)**. História e-História, Campinas, publicado em 09/12/2009; BEZERRA NETO, José Maia. **O Africano indesejado: combate ao tráfico, segurança pública e reforma civilizadora (Grão-Pará, 1850-1860)**. Afro-Ásia, 28, Rio de Janeiro, 2011.

<sup>7</sup> Luciana Marinho Batista “**Demografia, família e resistência escrava no Grão-Pará (1850-1855)**”, in José Maia Bezerra Neto e Décio de Alencar Guzmán (orgs.), Terra Matura: historiografia e história social na Amazônia (Belém: Paka-Tatu, 2002).

<sup>8</sup> BARROSO, Daniel de Souza. **Múltiplos do cativo: casamento, compadrio numa propriedade escrava no Grão-Pará (1840-1870)**. Afro Ásia, 50 (2014), 93-128.

<sup>9</sup> SAMPAIO, Patrícia de Melo. **Escravidão e liberdade na Amazônia, notas de pesquisa sobre o mundo do trabalho indígena e africano**. 3º encontro de escravidão e liberdade no Brasil Meridional.

<sup>10</sup> PALHA, Bárbara. **Escravidão negra em Belém: mercado, trabalho e liberdade (1810-1850)**. Dissertação de mestrado apresentado ao programa de pós-graduação em História da Universidade Federal do Pará, ano 2011.

principalmente o que os inclinava a investirem seu capital em empreendimentos agrícolas, em uma região em que prevalecia a policultura e que tinha por tradição as atividades extrativistas. Assim problematizo: Qual a estrutura de posse escrava, formação e perfil de propriedade na província do Grão-Pará Oitocentista em suas respectivas regiões?

Busco através da historiografia soluções para entender como se consolidou esse processo. Mostrando em primeiro plano como que a agricultura canavieira se efetivou desde a Amazônia colonial, e em segundo buscando compreender quais as premissas que motivaram o financiamento do tráfico de escravos africanos para a região.

Utilizo como instrumento de pesquisa os inventários *post-mortem* porque constituem fontes riquíssimas que possibilitam analisar sobre um amplo aspecto o estudo da escravidão, as informações quantitativas e qualitativas que constituem um plantel escravista como, por exemplo, procedência, idade, gênero, ocupação, estado físico e de saúde dos escravos permite analisar no interior das unidades produtivas informações essenciais para a pesquisa sobre a escravidão negra, demografia da escravidão, população e etnicidade.

Para essa pesquisa foram arrolados 130 (cento e trinta) processos de inventários, que constituem 114 (cento e quatorze) senhores escravistas e um total registrado de 2.271 (dois mil, duzentos e setenta e uma) cativos, entre africanos e crioulos.

Tomei como referência essas regiões porque foi onde floresceu a cultura canavieira se tornando favorável a instalação de propriedades agrícolas, e por consequência, eram onde os inventários indicavam uma maior incidência de propriedades rurais, além de serem nessas regiões os principais polos que giravam em torno do abastecimento da província –Moju, Abaetetuba, Acará, Capim, Bujaru, Barcarena, Igarapé-Miri – de onde provinha toda sorte de gêneros alimentícios que aportavam diariamente no cais de Belém, fornecendo produtos e matéria-prima para a exportação que movimentava o comércio Provincial.<sup>12</sup>

---

<sup>12</sup> Sobre a distribuição, o abastecimento, e os principais alimentos consumidos na Província Belenense ver: MACEDO, Sidiana da Consolação Ferreira. **Do que se come**: Uma história do abastecimento e da alimentação em Belém (1850-1900). Editora: Alameda, 2014.

Como aporte teórico utiliza-se a problemática da escravidão negra na província Grão-Paraense oitocentista a partir de dois teóricos centrais– E. P. Thompson e Peter Burke – o conceito de Experiência pensado por Thompson é utilizado numa perspectiva da classe proprietária, aquela que faz o inventário, traçando perfis de propriedade escrava a partir de questões como: que atividades os proprietários de escravos exerciam? Quais as médias de escravos por plantéis escravistas? Que atividades os cativos exerciam? Quais gêneros os proprietários comercializavam? O que os diferiam os proprietários urbanos dos proprietários rurais? Essas e outras questões serão levantadas, a fim de, problematizar qual era o perfil dos proprietários de escravos sejam eles urbanos, sejam rurais.

Para os cativos pensam-se as diferenciações sociais no interior dos próprios plantéis escravistas, seja por categorias de trabalho e ocupação (negros de ofício, negros de ganho) que implicava em *status* e possibilidade de ascensão social, seja por formação e práticas familiares forjadas pelos próprios escravos. Pensando suas ações a partir das múltiplas facetas traçadas para burlar a vigilância senhorial que ultrapassava os limites dos empreendimentos agrícolas.

Já o historiador Peter Burke é utilizado a partir de sua perspectiva cultural, de hibridismos entre culturas distintas, que influenciavam tanto a cultura de cima – dos proprietários – quando a de baixo – dos escravos – pensados a partir de uma troca entre culturas. Para Burke o hibridismo cultural envolve um processo de globalização cultural a partir de um sistema de: encontro, contato, interação e trocas culturais<sup>13</sup>. Assim, busca-se investigar sobre a ótica social e suas interações culturais os sujeitos envolvidos dentro dos plantéis escravistas, sejam eles escravos, sejam proprietários.

### **Tráfico e fomento da escravidão negra na província do Grão-Pará**

Ainda no período colonial, século XVI ao XVIII, ao Coroa Portuguesa incentivou economicamente a vinda de colonos europeus para ocupar e desbravar os “sertões” da Amazônia. Aos que se aventurassem eram concedidos privilégios para fixação e expansão dos negócios agrícolas. Assim, foram doados inúmeros lotes de

---

<sup>13</sup> BURKE, Peter. **Hibridismo cultural**. Editora Unisinos. Coleção Aldus 18, SJ. 2003. P. 16.

terras através de cartas de sesmarias concedidas pelo Rei que são incentivados pela iniciativa pública e pela privada.

Contudo é necessário perceber a província do Grão-Pará oitocentista a partir das peculiaridades que lhes são próprias, principalmente ao que tange as dificuldades de ocupação territorial. Dificuldades afloradas por problemas físicos e administrativos. Pelo primeiro destaca-se a imensidão territorial, por se tratar de uma região composta de matas virgens que desembocavam em afluentes rios, furos e igarapés, ocasionando, por consequência, uma corriqueira carência na locomoção de matéria prima e mercadorias. Segundo, a longa distância entre colônia e metrópole aguçava a precária estrutura política, física, hidroviária e terrestre, causando muita desconfiança aos investidores estrangeiros.

Nessa perspectiva eram constantes as reclamações dos colonos em relação aos problemas que a região possuía principalmente às demandas de mão de obra às lavouras. Nesse sentido as Companhias de comércio tiveram um papel de destaque no processo de ocupação da região amazônica, algumas delas atuaram na Amazônia colonial desde os setecentos, como por exemplo, a Companhia de comércio do Maranhão e Grão-Pará (1676-85); Companhia de comércio de Cacheu e Cabo Verde (1690- 1706), e para a província do Grão-Pará a Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão (1755-1777). Esta última teve duração de vinte e dois anos e fomentou o tráfico de escravos africanos para as províncias do Grão-Pará incentivando e financiando o transporte de escravos da África Ocidental e África Central Atlântica, para Manoel Nunes “a introdução de mão de obra africana era a razão principal da existência da Companhia, posto que, o tráfico seria encarado pela empresa pombalina como um negócio vital”.<sup>14</sup>

Numa perspectiva posterior a atuação da Companhia de comércio o recorte cronológico dessa pesquisa, 1810-1850, se justifica por ser um período de acentuada conturbação política, social e econômica. Que vai desde a chegada da família real portuguesa ao Brasil (1808), passa pela “invasão e ocupação de Caiena, em 1809, por

---

<sup>14</sup> DIAS, Manoel Nunes. **Fomento e mercantilismo**: a Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão (1755-1778). 1970. P.92.

tropas portuguesas saídas do Pará”<sup>15</sup>, e a “abertura dos portos brasileiros e os Tratados de 1810 que foram os eventos que deram autonomia econômica ao Brasil, e grande passo para a autonomia política, arruinando quase por completo a economia portuguesa”<sup>16</sup>, passando pela eclosão da Revolução Constitucionalista do Porto, em 1820.

Para Souza Júnior esta última “assumiu um caráter contraditório para os proprietários e negociantes do Grão-Pará, ao mesmo tempo em que abria grande possibilidade para o reaquecimento dos seus negócios”, já que, os acontecimentos de 1810 romperam com o monopólio comercial português, afetando diretamente os comerciantes e proprietários dominantes da província do grão-paraense que exportavam os gêneros diretamente para Portugal. Todos esses movimentos contribuíram para “acentuar as tensões sociais vivenciadas na capitania do Pará, [...] trazendo um clima de insegurança e competição para os negócios e a política da mesma”<sup>17</sup>. Essa atmosfera de instabilidade política e econômica afetava direta e indiretamente os negócios e as lavouras agrícolas, assim como, os sujeitos envolvidos nesse cenário de precariedade.

Se tratando do tráfico de cativos africanos que são junto com os proprietários os sujeitos dessa trama, o recorte cronológico elencado foi um período de profundas alterações que modificou substancialmente o cenário étnico e social da província, principalmente ao que tange ao contingente e a reposição da escravaria africana. Nesse sentido algumas medidas legislativas são importantes como, por exemplo, o Congresso de Viena (1815) onde se firmou um acordo entre as potências europeias e o Império português “proibindo o tráfico de escravos provenientes da África para além da linha do Equador”.<sup>18</sup> Contudo, essa lei foi “letra morta” para os traficantes de escravos que os traficavam através de contrabando.

Mais tarde, em Novembro de 1831, outra Lei foi posta em voga com o mesmo intuito, porém, também causou pouco impacto sendo alcunhada de “Lei só pra inglês

---

<sup>15</sup> SOUZA JÚNIOR, José Alves. Semeando vento, colhendo tempestade: O processo de adesão do Pará à independência. In: **Os oitocentos na Amazônia**/ Maria de Nazaré Sarges & Magda Maria de Oliveira Ricci (Orgs). Belém: Editor Açaí, 2013. P. 17

<sup>16</sup> *Ibidem*, p.19.

<sup>17</sup> *Ibidem*.

<sup>18</sup> COTA. Luiz Gustavo Santos. “**Não só para Inglês ver**”: justiça, escravidão e abolicionismo em Minas Gerais. Artigo como parte integrante da dissertação de mestrado defendida pelo autor, junto ao programa de pós-graduação em História Social, da Universidade Federal Fluminense.

ver”. É somente em 1850 com a Lei Eusébio de Queiroz que o tráfico de escravos africanos via Atlântico foi de fato proibido para os portos brasileiros, a lei declarava “a liberdade de todos os escravos africanos ilegalmente trazidos ao país a partir daquela data”.<sup>19</sup>

O fim do tráfico negreiro e as frequentes pressões exercidas pelos países estrangeiros afetava diretamente a reposição da escravaria africana para as regiões do Norte do Brasil, Bezerra Neto atenta que para a província grão-paraense “a partir de então o tráfico entre diversas partes do Brasil passou a ganhar dimensão própria, ficando conhecido como tráfico interprovincial e, por vezes, tráfico intermunicipal, como aconteciam desde o período colonial entre os Estados do Maranhão e o Estado do Brasil”, assim, o comércio de escravos africanos entre as províncias do Norte, Nordeste e Sul se mantinham ligadas por uma espécie peculiar de comércio de vida humana.

As epidemias nesse contexto se fizeram presentes na província grão-paraense na primeira metade dos oitocentos. As mais corriqueiras foram às epidemias de bexiga, sarampo e varíola, a última bem conhecida pelos populares como “peste branca” dizimou milhares de vítimas,<sup>20</sup> afetando principalmente as camadas populares. Os navios negreiros<sup>21</sup> eram os principais vetores da doença que se disseminava com facilidade nas embarcações no decorrer da viagem, desaguando em surtos de varíolas em proporções catastróficas.

O movimento cabano (1830- 1835) que contou com a presença maciça de populares, homens livres e escravos, mestiços e crioulos que lutavam por emancipação, deixou mais de 30 mil mortos refletindo numa diminuição expressiva do contingente africano na região, e numa desorganização social principalmente nas áreas rurais, onde se estabelecia as atividades agrícolas, dados apontam que a população local que só voltou a crescer significativamente em 1860.<sup>22</sup> Os inventários indicam que algumas

---

<sup>19</sup>Op. cit., p.31.

<sup>20</sup>SALLES, Vicente. **O negro no Pará, sob o regime de escravidão**. Rio de Janeiro, fundação Getúlio Vargas, Serv. De publicação e Univ. Federal do Pará. 1971. P. 52.

<sup>21</sup> Sobre as viagens a bordo dos navios negreiros, ver: REDIKER, Marcus. **O navio negreiro**, uma história humana. Tradução Luciano Vieira Machado- São Paulo: Companhia das letras, 2011.

<sup>22</sup> RICCI, 2006.



propriedades na efervescência do movimento Cabano foram invadidas e serviram de acampamento pelos rebeldes e alguns senhores foram alvos de suas fúrias.

Era 23 de Novembro de 1836 quando Lourenço Justino de Paiva, morador da comarca de Acará (Zona Guajarina), senhor e possuidor de 14 escravos, fora ordenado a pagar as contas de despesas feitas de quatorze escravos rebeldes de D. Ângela Faria Maciel, já falecida, os ditos “*foram aprendidos pela legalidade do poder dos rebeldes pela despeza da razão de seis pezos por cada escravo*”. Salles lembra que “a cabanagem atingiu duramente a lavoura canavieira, desorganizando os alicerces do latifúndio e do regime escravista, as casas grandes foram transformadas em magníficas ruínas”.<sup>23</sup>

Que ligação teria Lourenço com D. Ângela? Quais motivos levaram seus escravos a rebelarem-se? Teria sua propriedade sido alvo dos rebeldes? Suponho que D. Ângela era uma senhora possuidora de propriedades agrícolas e de uma escravaria substancial no Acará, visto que a família Faria Maciel era ligada aos “negócios da terra” naquelas quebradas, e pelos vestígios deixados no próprio inventário de Lourenço quando se descreve que o referido senhor era produtor de “*arroz, algodão e milho*”, quando se vem arrolado o dinheiro provido da venda de “*algodão e arroz produto do trabalho dos escravos vendido a mil e duzentos réis o alqueire*”.<sup>24</sup>

Um ano antes dona Mariana do Carmo, esposa de Joaquim de Almeida Coelho, residente “*numa morada de caza na Rua do Norte*” foi assassinada pelos cabanos deixando como herdeiros três filhos, e como herança duas propriedades imóveis, duas cativas, Lucrécia (35 anos) mãe da pequena Mariana de apenas 8 meses e Maria Serafina (27 anos) mãe do crioulo Joaquim de 9 anos.<sup>25</sup> Esses inventários indicam, portanto, como o movimento cabano desordenou os alicerces da elite proprietária grão-paraense.

## **Perfil de propriedade escrava**

---

<sup>23</sup> SALLES, 2015.

<sup>24</sup> Inventário de Lourenço Justino de Paiva, Centro de memória da Amazônia, Cartório Fabiliano, ano de 1841.

<sup>25</sup> Inventário de Joaquim Almeida Coelho e sua mulher Mariana do Carmo, Centro de memória da Amazônia, Cartório Fabiliano, ano de 1837.

A escravidão na Amazônia, assim como, em outras capitais entremeavam as áreas urbanas e as rurais, havendo um tráfego constante de pessoas, produtos e mercadorias que compunham esse mundo de trabalho. Logicamente, que as regiões essencialmente rurais concentravam em maior proporção a propriedade escrava. Contudo, na província do Grão-Pará no início dos Oitocentos, a escravidão negra como testemunha as fontes de inventários fazia parte do modo de vida de sujeitos comuns, visto que, a propriedade escrava apesar de está concentrada em “mãos” dos grandes proprietários de terras encontrava-se disseminada na província, ou seja, sujeitos comuns eram proprietários de escravos, e estes últimos, por vezes, constituíam a principal “medida da riqueza”<sup>26</sup> do inventariado.

Katia Matoso conta que na Bahia do século XII “não há português, por mais pobre que seja, homem ou mulher, que não possua seus dois ou três escravos que ganham a vida de seus senhores, para os quais têm de trabalhar certa parte do dia além de proverem seu próprio sustento”<sup>27</sup>. Explica ainda que esses escravos são geralmente artesões que tem no mercado de trabalho situação análoga a de homens livres.

De acordo com os inventários, de 1810-1850, as principais atividades exercidas pelos proprietários de escravos oscilavam entre: agricultura e comércio. A primeira realizada nas áreas rurais, onde se haviam estabelecidos os empreendimentos agrícolas. Já o comércio era realizado nas áreas urbanas da província, congregados em estabelecimentos comerciais de todo tipo e padrão social, que ofereciam diversos produtos que iam da alimentação ao vestuário.

**Tabela 1. Ocupação dos inventariados**

OCUPAÇÃO DOS INVENTARIADOS	
ATIVIDADES	QUANTIDADE
COMÉRCIO	7
CASAS DE ALUGUEL	13
PROPRIETÁRIOS DE CASAS	11
DONOS DE CHÃO E ROCINHAS	14
FAZENDEIROS	12

<sup>26</sup> TAVARES, Iris Mariano. **A medida da riqueza**: Os inventários post-mortem e a escravidão na vila/cidade do Crato-CE (1850-1870). In: II Simpósio de história do Maranhão Oitocentista.

<sup>27</sup> MATTOSO. Kátia de Queirós. **Ser escravo no Brasil**. 2ª Edição. Editora Brasilense, 1982. P. 56.

DONOS DE ENGENHOS	19
DONOS DE ENGENHOCAS	3
DONOS DE SÍTIOS	35
<b>TOTAL</b>	<b>114</b>

Fonte: centro de memória da Amazônia, 1810-1850.

De acordo com essa distribuição destacam-se entre os proprietários urbanos, os comerciantes, os donos de casas de alugueis e os proprietários de imóveis. Entre ambos existia uma distinção social. Os comerciantes e os donos de propriedades de alugueis, que totalizavam vinte inventariados, eram na maior parte das vezes, imigrantes ou estrangeiros pobres, por vezes de uma classe média que não chegava a ser da elite. Já os proprietários de imóveis (onze inventariados) estabelecidos na província pertenciam à elite grão-paraense eram senhores de casas luxuosas e de sobrados, localizadas em freguesias “nobres”, eram portugueses provindos da metrópole que se estabeleciam em cargos políticos, administrativos e militares.

A feição da cidade é muito importante para entender esse contexto histórico, visto que, a cidade de Belém até meados do século XVIII ainda possuía ares demasiadamente campestres, sem uma definição precisa de que é rural e urbano, onde ambos, por vezes, se confundiam. A cidade estava dividida administrativamente, como aponta Cristina Cancela em duas áreas principais: a freguesia da Sé, que compreendia o bairro da *Cidade*, bairro mais antigo de Belém; a Cidade Velha, onde se encontravam as primeiras ruas, edificações religiosas e administrativas de Belém e o local de morada de administradores, comerciantes e proprietários. E a freguesia de Sant’Ana, que compunha o bairro da *Campina* que compreendiam as principais ruas do comércio de Belém e seu entorno.<sup>28</sup>

O que muda de fato nas décadas iniciais desse século é a feição social da cidade, processo iniciado a partir da extinta Companhia de Comércio que fomentou a exportação de escravos africanos para a província, que como dito continuou regular ao findar o monopólio da mesma, contribuindo para mudar os hábitos e costumes dos moradores da cidade.

<sup>28</sup> CANCELA, op. cit. 2011, p. 28.

Os comerciantes que residiam na província eram donos de estabelecimentos comerciais dos mais variados (lojas, armazéns, botequins, tabernas, mercearias), com perfis sociais e econômicos distintos. De acordo, com Sídiana Macedo as tabernas destacavam-se porque,

[...] eram espaços próprios da venda de artigos onde se podia encontrar desde café até mesmo pirarucu ou bacalhau; eram assim detentores de certas variedades que atendiam dos mais simples aos mais exigentes fregueses. Tais espaços vendiam não apenas produtos alimentícios, mas diversos outros itens como copos de vidro, paninho de mesa e outros, seus proprietários tinham estabelecimentos fixos, na maioria das vezes na frente das casas ou ainda um prédio cujo fim destinava-se ao comércio e por isso pagavam impostos [...].<sup>29</sup>

Sídiana Macedo salienta que os estabelecimentos comerciais nesse início desse século, a exemplo das tabernas, não eram locais apenas de comercializar produtos e gêneros alimentícios.

Alguns estabelecimentos tinham dupla utilidade, como no caso das tabernas que podiam ser estabelecimentos de venda de produtos variados inclusive da alimentação, e também de lugares em que os negros e demais segmentos sociais encontravam-se para seus divertimentos.<sup>30</sup>

Para Burke esses locais com maiores aglomeração e circulação de pessoas eram um “importante local de troca e cruzamento tanto de comércio como de cultura, onde pessoas de diferentes origens se encontram e interagem”.<sup>31</sup> Não há dúvidas de que muitos desses espaços era refúgio de encontro de uma infinidade de sujeitos, que agiam e interagiam, que circulavam e estavam presentes realizando trocas, sejam materiais, sejam culturais.

O inventário de Joaquim Maria Franco – homem solteiro e sem proles –, aberto no ano de 1838, diz que o referido Joaquim era comerciante modesto, “*dono e proprietário de um Botequim e Taberna*”, “*sita na travessa do Pelourinho*”, seu estabelecimento comercializava produtos dos mais variados que iam do vestuário à alimentação, de produtos regionais a importados, que atendiam as necessidades das gentes comuns daquela cidade, entre os produtos destacam-se: calças e camisas de tecidos variados (Chita e seda); ceroulas e jaquetas; acessórios (talhadeira, escumadeira,

---

<sup>29</sup> MACÊDO, op. cit. 2009, p.168.

<sup>30</sup> MACÊDO, op. cit. 2009, p. XXII.

<sup>31</sup> BURKE, Peter. **Hibridismo cultural**. Editora Unisinos. Coleção Aldus 18, SJ. 2003.

candeeiro de cobre); produtos alimentícios (camarão, manteiga, açúcar refinado), vinhos e aguardente (aguardente do reino, vinho branco e cachaça), e outras quinquilharias.

O senhor Franco era proprietário de um único escravo “*o crioulinho Geraldinho José Gomes*” de dez anos ou um pouco mais de idade que se encontrava “*doente de ar*”. O insignificante valor arrematado do crioulo (cinquenta mil reis) se justifica em decorrência da moléstia nos pulmões. Ao findar o inventário o estabelecimento comercial, todos os bens pertencentes do inventariado, inclusive o crioulinho foram leiloados em “*pregão e praças públicas desta cidade*” a fim de pagar as dívidas existentes.<sup>32</sup>

Dona Maria Gomes de Azevedo<sup>33</sup> era uma senhora da elite proprietária, seu inventário foi aberto, em 1846, senhora casada, mas sem filhos ou herdeiros forçados. Na parte térrea de sua morada de casas (...) “*sita na Rua Boaventura da Silva com a Travessa do Arsenal*” (...) situava-se um armazém, imóvel descrito no documento (...) “*com duas sallas, alcovas e saleta, corredor ladrilhado, forrada de estuque e assoalhado de Acapu, por baixo um armazém com despensa*” (...) fora uma propriedade avaliada em cinco contos de réis por ser suntuosa e com acabamento em madeira de lei.

O plantel escravista da inventariada arrolava 31 (trinta e um) cativos, com uma heterogeneidade de: ofícios, funções e etnias, destacam-se: “*dois pedreiros e um aprendiz de pedreiro; um carpinteiro e um aprendiz; uma lavadeira e um alfaiate*”, pelos ofícios descritos supõe-se que ambos seriam “negros de ganho”. Toda a escravaria de D. Maria representava 49% (quarenta e nove) de seu quinhão, ou seja, metade de sua fortuna se concentrava em escravos. Veremos mais a frente o que representava essa medida da riqueza em concentração de mão de obra escrava que se encontrava assentada no mundo de trabalho rural.

## **Engenhos e engenhocas: a lavoura de Cana de açúcar e outras culturas**

---

<sup>32</sup> Centro de Memória da Amazônia. 11º Vara Cível/ Cartório Fabiliano Lobato. Inventário de Joaquim Maria Franco, Centro de memória da Amazônia, 1838.

<sup>33</sup> Centro de Memória da Amazônia. 14º Vara Cível/ Cartório Sarmiento. Inventário de Dona Maria Gomes de Azevedo, 1846.

De acordo com os inventários as propriedades agrícolas eram muito variadas, indo de simples sítio com poucas léguas de terras a fazendas e engenhos completos e equipados. Os protagonistas dessa história eram os lavradores com plantações próprias, roceiros e senhores de engenho que lograram amealhar vultosas fortunas. Alguns poucos fazendeiros e negociantes destacavam-se dentre esses, no entanto, não alcançavam os padrões patrimoniais dos grandes senhores de terra, a exemplo do Desembargador Pombo.

Da base de dados reuni informações pertinentes à razão entre tamanho dos plantéis e número de proprietários onde predominavam os pequenos e médios produtores totalizando 55 sujeitos que na maior parte das vezes eram lavradores com plantações próprias. Aos pequenos proprietários considerei os números que iam de 1 a 15 cativos; os médios de 16 a 50; e os grandes acima de 100.

Dentre esse universo destacaram-se cinco propriedades pertencentes a senhores em potencial, como a fazenda Jaguarari, localizada as margens do rio Moju com um plantel de 147 cativos; o sítio Nossa Senhora do Rosário, no rio Acará com 120; a fazenda do Desterro, no rio Acará com 104; o engenho do Murutucu, no rio Murutucu com 142 escravos, e a fazenda Val de Cans, no Rio Guajará com 158.

**Tabela 2. Proprietário rural versus plantel escravista (1810-1850)** <sup>34</sup>

PLANTEL		Total de	Média	% do
Tamanho	Número de	escravos		total
	proprietário			
PEQUENO	22	136	6.8	6,3%
MÉDIO	33	846	25.6	40%
GRANDE	10	1.173	117	54,4%
TOTAL	65	2.153	33	100%

Fonte: Centro de Memória da Amazônia (CMA), inventário post-mortem, 1810-1850.

<sup>34</sup> Tomo como base as subdivisões de plantéis escravistas entre pequeno, médio e grande, as referências já citadas da pesquisa de Rosa Acevedo, no vale do Rio Acará, para mesmo período em que pesquiso.

A tabela 1 enfatiza a concentração de propriedade escrava aos grandes senhores obtendo metade da escravaria existente (54,4%). Se contrapondo, aos pequenos e médios proprietários, sitiantes, lavradores e agregados que apesar de muito numerosos somavam menos da metade da escravaria.

## Os engenhos

Os engenhos eram empreendimentos “complexos” que necessitavam de terras férteis, mão de obra especializada e dispendiosa, ferramentas, utensílios apropriados e instrumentos para o traslado. De acordo Manoel Friginals pesquisador do complexo açucareiro cubano, para ser um produtor de açúcar era necessários quatro elementos principais: *mata, gado, terras e embarcadouros* <sup>35</sup>, para entrar no negócio do açúcar era imprescindível um capital volumoso, grandes extensões territoriais e muita mão de obra.

**Tabela 3. Donos de Engenhos**

Intervalo	Nº de senhores de engenho	Total de escravos
5-15	3	35
16-45	5	167
46-85	3	158
86-100	3	87
Mais de 100	5	664
Total	19	1.120

Fonte: Centro de memória da Amazônia, 1810-1850.

As águas, rios, igarapés e furos historicamente exercem um papel importante para entender o processo histórico de ocupação da região do Grão-Pará. A relação homem-natureza, as formas de apropriação do espaço, o modo de viver e pensar a natureza. Pelos rios circulavam mercadorias, pessoas, coisas, que se tornavam essenciais para o escoamento da produção rumo à capital, Belém. E era pelos rios que os engenhos eram alimentados através da força motriz. Segundo Helder Palheta <sup>36</sup> a alimentação dependia prioritariamente do índice de pluviosidade dos rios e do movimento das marés,

<sup>35</sup> FRAGINALS, Manoel Manolo. **O engenho**: complexo socio-economico açucareiro cubano; tradução de Sônia Rangel e Rosemary C. Abílio; São Paulo; Editora UNESP, 1987. P.55.

<sup>36</sup> ÂNGELO, Helder Bruno Palheta. **O longo caminho dos Corrêa de Miranda no século XIX**: um estudo sobre família, poder e economia. Dissertação de mestrado apresentado ao programa de pós-graduação em História da Universidade Federal do Pará, ano 2012. P. 35.

que nos inventários eram acentuados como “*engenhos d’ágoa*” justificando a localização dos empreendimentos aos entornos dos principais rios do estuário amazônico.

Além do açúcar, outras culturas se destacavam, como: a farinha, produto muito consumido na província principalmente pelas camadas populares; o algodão, que de acordo com Vicente Salles<sup>37</sup> fomentou-se com o trabalho do escravo negro, assim como nas outras províncias, objetivando transformar o algodão em gênero exportável, além do algodão bruto, exportava-se em fios.<sup>38</sup>

O negócio do açúcar e dos destilados derivados da cana eram tão rentáveis que inúmeras famílias proprietárias mantinham-se no negócio por várias gerações, como a família Oliveira Pantoja<sup>39</sup> que se assentou nas terras de Moju desde o final do século XVIII. No início do XIX, em 1811, D. Joana de Oliveira Pantoja, casada com Joaquim Soares da Costa, herda o engenho “Samaúma” as margens do rio Mojú, com canaviais maduros e muitas braças de terra, vinte e três anos mais tarde, foi aberto o inventário da viúva a dita D. Joana Antônia, com cinco herdeiros, ao engenho somava-se uma engenhoca com o mesmo nome “*Samaúma*”, situada mais a frente do dito engenho com porto de entrada próprio.

A descrição do inventário é detalhada e remete a uma cultura material opulenta, principalmente ao que se refere aos objetos de serviço do engenho e da dita engenhoca como, por exemplo, “*há no dito engenho três alambiques de cobre; três tachos de cobre; ferro de torneira de moenda; ferro de calafate; botes e igarités*”, animais de tração e 24 cativos entre homens e mulheres. A trajetória da família, os bens listados e agregados ao longo dos anos, enfatiza que a família Oliveira Pantoja se consolidou no negócio do açúcar por diversas gerações expandindo a produção para a produção de aguardente.

---

<sup>37</sup> SALLES, 2015, P.109.

<sup>38</sup> De acordo com Vicente Salles, novelos de fio de algodão foram usados no Grão-Pará, durante algum tempo como dinheiro circulante, ou seja, como moeda de troca.

<sup>39</sup> A dissertação de mestrado intitulada “**Família, trajetória e poder no Grão-Pará colonial: Os Oliveira Pantoja**”, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia da Universidade Federal do Pará, em pesquisas feitas por Marília Cunha Imbirida dos Santos, em 2015, realiza um excelente estudo sobre pesquisa e trajetória da Família Pantoja, que por sua vez, esteve muito presente nos inventários envolvendo varias linhagens, gerações, relações de parentescos e alianças familiares.



A cachaça foi um produto deveras importante para o crescimento da lavoura de cana nessas regiões e pode-se afirmar que desta forma houve um predomínio da fabricação da aguardente. A principal atividade de lavoura, por isso mesmo bastante presente em varias regiões da província do Pará em especial nas de Belém, do Baixo Tocantins e arredores, fora justamente o trabalho nos engenhos e engenhocas.<sup>40</sup>

As engenhocas eram propriedades agrícolas especializadas em produzir cachaça e aguardente, beneficiados a partir da borra do açúcar. Essas propriedades possuíam equipamentos específicos para destilação sendo os dois mais presentes nos inventários: alambiques de barro e os tachos de cobre.

A cachaça e aguardente possuía um papel social bem definido na sociedade colonial no Brasil como um todo. De acordo com Luiz de Souza<sup>41</sup>, esta se consolidou como um produto de baixo *status* não apenas em termos de consumo, mas também de produção, sem necessitar de muito capital econômico. Ambas eram muito consumidas pelas camadas populares, principalmente os negros, índios e pela população branca pobre.

Os inventários arrolados indicam que salvo as propriedades intituladas como engenhocas, muitos sítios, fazendas e os próprios engenhos de grande porte também participavam dessa produção, visto que, entre os bens encontram-se equipamentos utilizados para destilação.

Embora haja um número reduzido de propriedades ditas engenhocas nos inventários, a historiografia regional diferentemente do estudo de Luiz de Souza, mostra que a produção da cachaça e aguardente como indica Sidiana Macedo eram produtos que além de abastecer o mercado interno para o consumo local, eram deveras, exportados para a região das ilhas e outras províncias.<sup>42</sup> E não eram produzidos exclusivamente pelas engenhocas, muitos engenhos eram especialistas na fabricação do destilado.

---

<sup>40</sup> MACEDO, 2009, p. 74.

<sup>41</sup> DE SOUZA, Ricardo Luiz. **Cachaça, vinho, cerveja**: da Colônia ao século XIX. In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, n° 33, janeiro-junho de 2004.P. 58.

<sup>42</sup> Macedo, 2009. P. 73.

Boxer <sup>43</sup> descreve o aspecto do consumo de aguardente durante o período colonial destacando a importância do produto como mercadoria utilizada no tráfico de escravos, ressalta ainda o consumo excessivo por parte dos próprios escravos, soldados e marinheiros no litoral brasileiro.

### Considerações finais

Analisamos ao longo deste trabalho as modificações que vinham ocorrendo na província do Grão-Pará desde o final do século XVIII. Vimos como a agricultura se consolidou como principal atividade econômica da região, impulsionada a partir da criação da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, através das políticas portuguesas de ocupação do território amazônico. A partir de então havia uma demanda cada vez maior por mão de obra, capital e pessoas para desbravar a região, ocupar o território, formar vilas e núcleos urbanos.

É nesse contexto que o tráfico de escravos africanos se intensifica, tornando-se regular, aonde os negros vinham via tráfico Atlântico para trabalharem nas atividades agrícolas e extrativistas na Amazônia colonial, destacando-se as culturas do açúcar, arroz, café e os produtos da floresta chamados de drogas do sertão. Consolidam-se a partir de propriedades agrícolas voltadas para a produção interna, fornecendo produtos e matéria prima para a exportação e para o mercado local.

De acordo com a distribuição dos proprietários de escravos nos inventários analiso as principais atividades desenvolvidas, levando em conta o contexto histórico e social nesse início de século. Outra questão proposta foi de contribuir mesmo que de forma limitada, para o estudo da escravidão na Amazônia, região com características próprias que utilizou o trabalhador escravo negro, assim como os indígenas para trabalhar nas propriedades agrícolas.

É uma região diversificada pelo seu caráter social, mas principalmente, por se sustentar numa economia onde predominava a policultura, e o extrativismo, distanciando-a das regiões de *plantation*. Os inventários, nesse sentido, provam o quão era sentida a presença negra africana e crioula na região, posto que, em mais de 80%

---

<sup>43</sup> BOXER, Lucein. **A identidade de ouro do Brasil** (dores de crescimento de uma sociedade colonial). São Paulo, Nacional, 1990. P. 210.

destes encontrava-se pelo menos um cativo, sem falar nas propriedades rurais com mão de obra dispendiosa, como o caso da Fazenda Jaguarary.

Desse modo, na província do Grão-Pará a presença de escravos negros modificara e reordenara as estruturas sociais, culturais e econômicas, mudanças essas que refletiram no perfil populacional miscigenado no decorrer do mesmo século, e que se perpetua até os dias atuais.

### Fontes

- Inventários *post-mortem*

### Centro de Memória da Amazônia

Índice 2º Vara Cível (Cartório Odon) – 1810-1850

Índice 4º Vara Cível (Cartório Leão) – 1810-1850

Índice 11º Vara Cível (Cartório Fabiliano) – 1810-1850

Índice 14º Vara Cível (Cartório Sarmento) – 1810-1850

### Referência Bibliográfica

ÂNGELO, Helder Bruno Palheta. **O longo caminho dos Corrêa de Miranda no século XIX: um estudo sobre família, poder e economia**. Dissertação de mestrado apresentado ao programa de pós-graduação em História da Universidade Federal do Pará, ano 2012.

ASSUNÇÃO, Mariana Almeida. **Escravidão em Fortaleza: um estudo a partir dos inventários post-mortem (1850-1884)**. Dissertação de mestrado apresentado ao programa de pós-graduação em História da Universidade Federal do Pará, ano 2012.

ACEVEDO, Rosa Elisabeth. **Camponeses, donos de engenhos e escravos na região do Acará nos séculos XVIII e XIX**. Artigo publicado pelo Paper do NAEA 153, Outubro de 2000.

BATISTA, Luciana Marinho. **Muito além das seringas: elites, fortunas e hierarquias no Grão-Pará, c. 1850-1870**. Belém: Editora Açai, 2014.

BEZERRA NETO, José Maia. **Escravidão negra no Grão-Pará, Século XVI - XIX.** 2º edição. Belém: Paka-tatu, 2012.

\_\_\_\_. **Entre senzalas e seringais: escravidão, capitalismo e crescimento econômico no Brasil (Pará: 1850-1888).** História e-História, Campinas, publicado em 09/12/2009.

\_\_\_\_. **O Africano indesejado: combate ao tráfico, segurança pública e reforma civilizadora (Grão-Pará, 1850-1860).** Afro-Ásia,28, Rio de Janeiro, 2011.

CHARTIER, Roger. Introdução. Por uma sociologia histórica das práticas culturais. In: \_\_\_\_\_. **A História Cultural entre práticas e representações.** Col. Memória e sociedade. Trad. Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

DONZA, Cristina. **Casamento e família em uma capital Amazônica (Belém 1870-1920).** Belém, Editora Açaí, 2011.

FRAGINALS. Manuel Moreno. **O Engenho: complexo econômico-social Cubano do Açúcar. Volume I;** tradução de Sônia Rangel e Rosemary C. Abílio –São Paulo: HUCITEC: Editora UNESP, 1987.

MATTOS. Hebe. **Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista (Brasil, século XIX) \_3º ed, ver. –Campinas, SP: Editora Unicamp, 2013.**

MACÊDO, Sidiana da Consolidação Ferreira. **Do que se come: Uma história do abastecimento e da alimentação em Belém (1850-1900).** Editora: Alameda, 2014. Dissertação de mestrado apresentado ao programa de pós-graduação em História da Universidade Federal da Bahia, ano 2002.

PALHA, Bárbara. **Escravidão negra em Belém: mercado, trabalho e liberdade (1810-1850).** Dissertação de mestrado apresentado ao programa de pós-graduação em História da Universidade Federal do Pará, ano 2011.

SALLES, Vicente. **O Negro no Pará: sob o regime de escravidão.** -3ed. rev.ampl. - Belém: IAP; Programa Raízes, 2005.

\_\_\_\_. **O negro da formação da sociedade paraense - Belém (PA), Paka-Tatu, 2015/** SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835 /** Schwartz Stuart B.: Tradução Laura Teixeira de Motta. São Paulo: Companhia das letras, 1988.

SANTOS, Marília Cunha Imbirida. **“Família, trajetória e poder no Grão-Pará colonial: Os Oliveira Pantoja”**, dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia da Universidade Federal do Pará, em 2015.

THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.